

Emancipação dos índios preocupa os antropólogos

ESP 12/2/78
Da sucursal de
BRASÍLIA

Embora a idéia de emancipar o índio brasileiro tenha sido apresentada como uma das grandes metas do ministro Rangel Reis, do Interior — até o final do governo Geisel, pelo menos 100 índios perderão a tutela. É uma questão de honra —, antropólogos, missionários e os próprios índios manifestam a sua desconfiança das intenções do ministro. O grande perigo, segundo eles está no fato de que grandes áreas indígenas poderiam ser gradativamente liberadas para investimentos, a partir do ponto em que a Funai e o Minter demarcarem pequenos lotes para famílias indígenas.

"Uma administração mal intencionada — afirma um missionário — poderá, inclusive, acelerar o processo de emancipação de algumas comunidades que ocupam terras cobçadas por empresários. E hoje em dia — acentuou — quase todas as áreas indígenas têm alimentado os sonhos expansionistas dos fazendeiros que chegam à Amazônia".

Rangel Reis considera que toda política indigenista aplicada durante a sua administração "terá fracassado, se a Funai não emancipar pelo menos um índio". Esta preocupação do ministro vem ao encontro do temor das pessoas ligadas ao problema indígena pois, o texto do decreto, segundo ele próprio anunciou, será encaminhado a Geisel até o final do mês, apesar de várias questões sobre perda de tutela continuarem sem definição.

Terra é o ponto fundamental dessa controversa questão. Os opositores da "febre de emancipação" apontam, exatamente, o interesse do governo pelas terras indígenas como a "causa de toda a pressa de Rangel Reis em começar o processo de liberação da tutela do índio".

O presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, que nos últimos anos vinha procurando sempre amenizar as declarações do ministro do Interior, afirmando que os índios seriam emancipados, conforme determina o estatuto, mas "não

havia pressa", parece, finalmente, ter absorvido as opiniões de Rangel Reis, ao dizer que muitos índios "só querem brigar pelos seus direitos, desconhecendo os seus deveres".

Segundo o presidente da Funai, o índio já aculturado precisa ser emancipado tornando-se cidadão brasileiro pois o governo não quer criar "quistos étnicos".

DIVERGÊNCIAS

A emancipação de índios, prevista na lei 6001, aprovada pelo Congresso Nacional, em 1973, é o caminho natural para todas as comunidades. Nesse ponto todos concordam. As divergências têm surgido a partir da aceleração desse processo, defendido abertamente pela área técnica do Ministério do Interior.

Os indigenistas admitem que há casos isolados de índios, como o vereador Jair de Oliveira, de Aquidauana, que já estão naturalmente emancipados e precisariam de liberação formal da tutela. Para esses destribalizados a emancipação significaria muito pouco. O índio terena Jair tem toda a documentação de um cidadão comum. Vota e pode ser votado. Para ele, perder o apelo da Funai, hoje em dia, teria um significado quase nulo.

A preocupação maior é exatamente com os índios que ainda vivem em comunidades, desenvolvendo em suas reservas uma agricultura comunitária. Rangel apontou como alvo de seu projeto o cacique Mário Juruna, que recebeu a notícia perplexo: "Eu nem sei direito o que é isso — afirmou o cacique num português bastante precário — Não quero ficar sem Funai, para depois viver no abandono, como os caboclos que conheço".

Os indigenistas dizem que se Juruna for emancipado, vai se criar um verdadeiro caos entre os Xavantes da Reserva São Marcos. Eles estão despreparados para viver autonomamente na comunidade nacional. Mesmo o bem falante Juruna, só agora começa a compreender melhor o mundo civilizado.

Enquanto o assunto continua sendo estudado reservadamente pelo Ministério, a preocupação maior é que o decreto abra caminho para a "punição" de índios como Juruna, cujo comportamento é considerado "impertinente" pelos técnicos do setor.